

Gerenciamento da Informação Contábil: Pesquisas Empíricas Realizadas no Mercado Norte-Americano de Seguros

Autoria: Adriano Rodrigues

Resumo:

O objetivo principal deste artigo é apresentar uma revisão da literatura a respeito do tema gerenciamento da informação contábil, com enfoque nas pesquisas empíricas realizadas no mercado norte-americano de seguros. Primeiramente, são feitos alguns esclarecimentos básicos sobre a linha de pesquisa na qual esse tema se encontra inserido. Posteriormente, foram comentadas pesquisas internacionais publicadas nos principais periódicos acadêmicos da área, segregadas em pesquisas clássicas, pesquisas conforme as motivações e pesquisas recentes. Por fim, analisam-se, detalhadamente, três artigos publicados no *Journal of Accounting and Economics* que abordam o gerenciamento da informação contábil no setor de seguros. Essas pesquisas empíricas foram realizadas nos Estados Unidos e tratam da prática de gerenciamento da informação contábil através das provisões de sinistros. Cabe ressaltar que ainda não é possível realizar pesquisas empíricas dessa natureza no Brasil, pois o órgão regulador do setor (SUSEP) não disponibiliza as informações necessárias para efetuar o cálculo do erro de estimação das provisões de sinistros, diferentemente do procedimento adotado no mercado norte-americano de seguros.

1. Introdução

Existe uma linha de pesquisa em contabilidade dedicada a investigar se diretores de empresas utilizam sua discricionariedade para influenciar os números contábeis com o objetivo de atender interesses particulares. No âmbito internacional, essa linha de pesquisa é denominada *earnings management* (gerenciamento de resultados) e *balance sheet management* (gerenciamento do balanço patrimonial). Assim como Cardoso (2005, p.17), este trabalho considera o “gerenciamento da informação contábil” como a tradução conjunta dos termos *earnings management* e *balance sheet management*.

De acordo com Schipper (1989, p.92), o gerenciamento da informação contábil pode ser definido como “uma intervenção proposital no processo de elaboração das demonstrações financeiras externas, com a intenção de obter algum benefício particular”.

Já Dechow e Skinner (2000, p.239) esclarecem um ponto importante que diz respeito à distinção entre gerenciamento da informação contábil e contabilidade fraudulenta. Enquanto no primeiro caso a manipulação das informações ocorre no âmbito das normas e práticas contábeis aceitas, a fraude é uma manipulação que viola as normas e princípios contábeis e configura uma prática inaceitável.

Healy e Wahlen (1999, p.365-383) fizeram uma revisão de diversas pesquisas acadêmicas sobre o gerenciamento da informação contábil, visando a auxiliar os responsáveis pelo estabelecimento de padrões e normas contábeis. Em sua pesquisa, os referidos autores destacam como grandes motivações ao gerenciamento da informação contábil: i) as expectativas do mercado de capitais; ii) os contratos redigidos em termos de números contábeis e iii) a regulação governamental.

De acordo com Zendersky (2005, p.38), “outra motivação apresentada em diversos estudos relaciona a prática de gerenciamento de resultados à intenção de reduzir o pagamento dos tributos cuja base de cálculo incide sobre o resultado”.

Em relação às práticas de gerenciamento, Martinez (2001, p.43) destaca três tipos: *target earnings*, *income smoothing* e *big bath accounting*. O *target earnings* significa gerenciamento para aumentar (melhorar) ou diminuir (piorar) os resultados contábeis com a finalidade de atingir determinadas metas de referência que podem situar-se acima ou abaixo do resultado apurado. O *income smoothing* significa gerenciamento para reduzir a variabilidade dos resultados contábeis. O propósito dessa prática é manter os resultados em determinado patamar e evitar sua excessiva flutuação. Já o *big bath accounting* significa gerenciamento para reduzir os resultados contábeis correntes, de modo a aumentar os resultados contábeis futuros. Essa prática pode ser empregada em situações nas quais os resultados apurados previamente projetam valores finais bem inferiores aos que foram estabelecidos como meta.

Além dessas três práticas de gerenciamento que enfocam os resultados contábeis, também existem outras práticas cuja finalidade é gerenciar contas de natureza patrimonial. De acordo com Cardoso (2005, p.20), “o termo *balance sheet management* é utilizado para designar o gerenciamento da informação contábil especificamente por meio de reclassificação dos saldos das contas patrimoniais”. A finalidade desse tipo de prática de gerenciamento é afetar indicadores de liquidez, endividamento e solvência com o intuito de atingir parâmetros preestabelecidos em contratos de financiamento ou pela regulação de setores específicos.

Para finalizar essa etapa de esclarecimentos básicos acerca do gerenciamento da informação contábil, serão realizados alguns comentários a respeito das três principais abordagens metodológicas empregadas por essa linha de pesquisa: análise de distribuição de frequência; análise de *accruals* agregados e análise de *accruals* específicos.

A análise de distribuição de frequência é empregada para detectar o gerenciamento da informação contábil ao redor de certos pontos de referência. Por exemplo, algumas pesquisas empíricas buscam evidenciar se diretores de empresas evitam reportar prejuízos, isto é, se o resultado contábil latente indica que está ocorrendo pequeno prejuízo os gestores farão o possível para reverter essa situação e apresentar pequeno lucro como resultado. Desse modo, no caso de frequência de observações significativamente superiores no intervalo imediatamente acima do lucro zero (ponto de referência), em relação ao intervalo imediatamente abaixo, dará indícios de gerenciamento da informação contábil.

A análise de *accruals* agregados busca medir o grau de discricionariedade dos diretores de empresas sobre a informação contábil reportada. É importante destacar que os *accruals* representam os saldos das contas de resultado que compõem a apuração do lucro ou prejuízo, mas não movimentam o disponível da empresa em função do princípio da competência. Por isso, esse termo é definido como a diferença entre lucro líquido e fluxo de caixa operacional. Contudo, as pesquisas sobre gerenciamento da informação contábil que utilizam essa abordagem fazem a segregação entre *accruals* não-discricionários (inerentes às atividades da empresa) e *accruals* discricionários (inerentes às práticas de gerenciamento), sendo que o objetivo é empregar o melhor modelo para estimar os valores desses *accruals*.

A análise de *accruals* específicos enfoca contas individuais sobre as quais os diretores de empresas podem exercer sua discricionariedade. O grande diferencial das pesquisas empíricas conduzidas por essa metodologia é possibilitar o desenvolvimento de modelos econométricos mais compatíveis com as hipóteses de pesquisa.

2. Pesquisas internacionais sobre o gerenciamento da informação contábil

Cabe ressaltar que é intenso o volume de pesquisa já publicado sobre esse tema nos principais periódicos acadêmicos da área, tais como: *Accounting Review*, *Journal of Accounting and Economics* e *Journal of Accounting Research*.

Dessa forma, optou-se por apresentar algumas pesquisas internacionais sobre o gerenciamento da informação contábil em três etapas: pesquisas clássicas (Quadro 1), pesquisas conforme as motivações (Quadros 2, 3 e 4) e pesquisas recentes (Quadro 5).

ARTIGOS	COMENTÁRIOS
Healy (1985)	<ul style="list-style-type: none"> - Examinou se os diretores de empresas manipulam os resultados de modo a aumentar a sua remuneração na forma de bônus. - Introduziu o primeiro modelo para avaliação do gerenciamento da informação contábil, tornando-se referencial teórico para trabalhos posteriores. - Suas evidências indicam que existe uma associação entre o valor dos <i>accruals</i> e os incentivos dos gestores para reportar aumentos dos lucros.
McNichols et al (1988)	<ul style="list-style-type: none"> - Buscaram verificar se os diretores de empresas financeiras manipulam os resultados pelo uso da provisão de devedores duvidosos. - Proporcionaram uma visão alternativa de pesquisa ao focalizar sua análise em <i>accruals</i> específicos. - Suas evidências indicam que empresas financeiras gerenciam resultados pelo aumento da provisão de devedores duvidosos.
Jones (1991)	<ul style="list-style-type: none"> - Examinou se as empresas que podem obter benefícios de proteção alfandegária adotam práticas de gerenciamento da informação contábil. - O modelo empregado por Jones criou uma ferramenta mais robusta para identificar o valor dos <i>accruals</i> discricionários. - Suas evidências não rejeitam a hipótese de que os gestores efetuam práticas para reduzir os lucros, em função do efeito de criação da proteção alfandegária.
Burgstahler e Dichev (1997)	<ul style="list-style-type: none"> - Buscaram verificar se as firmas gerenciam a informação contábil para evitar reportar prejuízos e para sustentar resultados obtidos. - Utilizaram distribuição de frequência para evidenciar o gerenciamento da informação contábil ao redor de certos pontos de referência. - Suas evidências apontam uma frequência incomum de pequenos lucros quando comparada à frequência de pequenos prejuízos.

Quadro 1 – Pesquisas clássicas

ARTIGOS	COMENTÁRIOS
Dye (1988)	<ul style="list-style-type: none"> - Por meio de um modelo analítico desenvolvido pelo próprio autor, são fornecidas evidências de que diretores de empresas gerenciam a informação contábil com intuito de influenciar as decisões de agentes do mercado de capitais (investidores e analistas financeiros).
Teoh et al (1998)	<ul style="list-style-type: none"> - Suas evidências indicam que as empresas possuem <i>accruals</i> relativamente alto nos anos próximos à primeira subscrição de ações, o que explica o fato de essas empresas terem desempenho abaixo do mercado nos anos subseqüentes ao lançamento.
Kasznik (1999)	<ul style="list-style-type: none"> - Suas evidências indicam que as empresas com perigo de não atingir as projeções de resultado dos analistas financeiros utilizam provisões inesperadas como forma de gerenciamento da informação contábil.
Leuz et al (2003)	<ul style="list-style-type: none"> - Fornecem evidências sobre o nível de gerenciamento da informação contábil em 31 países. Concluem que empresas em países onde o mercado de capitais oferece maior proteção ao investidor apresentam menor nível de gerenciamento.

Quadro 2 – Pesquisas que abordam as motivações do mercado de capitais

ARTIGOS	COMENTÁRIOS
Dechow e Sloan (1991)	- Suas evidências indicam que os executivos, em seus últimos anos no cargo, reduzem os gastos com pesquisa e desenvolvimento, com intuito de aumentar os lucros. Eles argumentam que esse comportamento é consistente com a natureza dos contratos de remuneração e seus pequenos horizontes de tempo.
Sweeney (1994)	- Fornece evidências sobre o gerenciamento da informação contábil motivado por propósitos de contrato de dívidas. Por meio de uma análise detalhada de 22 firmas que violaram convenções de dívida, ele encontrou indícios de gerenciamento da informação contábil.
Holthausen et al (1995)	- Suas evidências indicam que empresas com dificuldade financeira tendem a dar maior ênfase no gerenciamento da informação contábil, visando a reduzir os pagamentos de dividendo e reestruturar suas relações contratuais.
Guidry et al (1999)	- Encontram evidências de que diretores divisionais das grandes empresas multinacionais postergam os resultados quando as metas de lucros do seu plano de gratificação, provavelmente, não venham a ser atingidas.

Quadro 3 – Pesquisas que abordam as motivações contratuais

ARTIGOS	COMENTÁRIOS
Moyer (1990)	- As evidências encontradas são consistentes com as hipóteses associadas aos ajustes contábeis para atender as diretrizes dos índices de suficiência de capital. Foram analisados os ajustes nas contas de provisão de devedores duvidosos, baixas de empréstimos e resultados com títulos e valores mobiliários.
Kim e Kross (1998)	- Buscaram verificar se as mudanças na regulação das instituições financeiras ocorridas em 1989 criaram incentivos para o gerenciamento da informação contábil. As evidências mostram que instituições financeiras com baixos índices de capital reduziram suas provisões de perdas com empréstimos durante o período entre 1990–1992, quando comparado ao período entre 1985–1988.
Ahmed et al (1999)	- O artigo apresenta teste mais poderoso para medir o gerenciamento de capital e de resultados. Existem evidências que sustentam a hipótese de as provisões de perdas com empréstimos serem usadas no gerenciamento de capital. Contudo, não foram encontradas evidências de gerenciamento de resultados via provisões de perdas com empréstimos.
Shrieves e Dahl (2003)	- Investigam a utilização de práticas contábeis discricionárias para atender a regulação bancária internacional (Acordo da Basiléia), com enfoque nas instituições financeiras japonesas, no período entre 1989–1996. As evidências sustentam que o gerenciamento da informação contábil possibilitou algumas instituições financeiras japonesas atender o Acordo da Basiléia.
Petroni (1992)	- Os testes empíricos sugerem que diretores de seguradoras financeiramente fracas influenciam para baixo as estimativas das provisões de sinistros em relação as demais seguradoras. As evidências também revelam que diretores de seguradoras sob intervenção do órgão regulador reduzem as estimativas das provisões de sinistros em um grau muito maior.
Beaver et al (2003)	- Encontram evidências de que seguradoras com resultados positivos pequenos avaliam para baixo as provisões de sinistros se comparadas às seguradoras com resultados negativos pequenos. Além disso, os autores destacam que companhias abertas e mútuas gerenciam as provisões de sinistros para evitar perdas, mas as companhias fechadas não o fazem.
Gaver e Paterson (2004)	- Suas evidências indicam que as seguradoras gerenciam as provisões de sinistros para evitar a violação de certos limites dos indicadores IRIS, que são usados por reguladores para avaliação de solvência. Os autores salientam que objetivos além dos lucros são uma influência importante sobre escolhas contábeis discricionárias. As evidências também sugerem que o gerenciamento das provisões de sinistros pode ser eficaz para adiar a necessidade de intervenção do órgão regulador.

Quadro 4 – Pesquisas que abordam as motivações da regulação governamental

ARTIGOS	COMENTÁRIOS
Chen et al (2007)	- Os autores realizam uma pesquisa empírica para investigar a relação entre o conservadorismo no estabelecimento dos padrões contábeis e os incentivos para o gerenciamento da informação contábil.
Fan (2007)	- O artigo apresenta aspectos teóricos e empíricos sobre o gerenciamento da informação contábil e a estrutura de propriedade das empresas, além de evidenciar como esses dois fatores afetam conjuntamente o equilíbrio do mercado de IPO (<i>Initial Public Offering</i>).
Ayers et al (2006)	- Investigam se existe associação positiva entre as <i>proxies</i> que foram estabelecidas para os <i>accruals</i> discricionários e os resultados contábeis em torno de certos pontos de referência. Os autores denominam sua abordagem como análise de pseudo-objetivos de lucros.
Petrovits (2006)	- O artigo examina o uso estratégico de programas corporativos de filantropia para alcançar metas estabelecidas para os relatórios contábeis. Isso pode ocorrer porque os patrocínios às fundações permitem certa discricionariedade aos diretores das corporações sobre a quantia de despesas com filantropia.
Coles et al (2006)	- Os autores investigam o gerenciamento da informação contábil por meio de opção de ações (<i>stock option</i>) reeditadas. Contudo, as evidências sugerem que, em mercados transparentes, analistas e investidores não são ludibriados por essa prática de gerenciamento.
Burgstahler et al (2006)	- Fornecem evidências sobre o nível de gerenciamento da informação contábil para uma ampla amostra de companhias abertas e fechadas de 13 países da União Européia. As medidas de gerenciamento empregadas são idênticas às utilizadas por Leuz et al (2003).
Hunton et al (2006)	- Os autores estabeleceram a hipótese de que maior transparência dos relatórios financeiros facilita a descoberta das práticas de gerenciamento. As evidências indicaram que maior transparência reduz o gerenciamento da informação contábil ou resulta em métodos menos visíveis.
Lang et al (2006)	- Evidenciam que empresas de países com proteção do investidor mais fraca apresentam maior nível de gerenciamento da informação contábil, mesmo quando as demonstrações são preparadas em USGAAP, sugerindo que a regulação da SEC não suplanta o efeito do ambiente local.
Roychowdhury (2006)	- Encontraram evidências de que executivos manipulam atividades reais para evitar reportar perdas anuais. De modo mais específico, as evidências sugerem descontos de preços para aumentar vendas, superprodução para reportar custos mais baixos e redução de despesas discricionárias para melhorar os resultados.
Ewert e Wagenhofer (2005)	- Os autores utilizam uma técnica denominada modelo de equilíbrio de expectativas racionais. Encontraram evidências de que padrões contábeis mais coercitivos podem aumentar ao invés de reduzir o gerenciamento da informação contábil, além de aumentar os custos totais esperados da adoção de tais práticas.

Quadro 5 – Pesquisas recentes

3. Gerenciamento da informação contábil no setor de seguros

Apresentam-se, nessa seção, três artigos publicados no *Journal of Accounting and Economics* que abordam o gerenciamento da informação contábil no setor de seguros. As pesquisas empíricas foram realizadas nos Estados Unidos e tratam especificamente da prática de gerenciamento através das provisões de sinistros.

3.1 Petroni (1992)

O artigo de Petroni (1992) investiga até que ponto a discricionariedade exercida pelos diretores das seguradoras sobre a informação contábil afeta o erro de estimação das provisões de sinistros.

Petroni (1992) argumenta que o incentivo para subestimar esse passivo é uma função decrescente da posição financeira da seguradora, sendo que investigações dessa natureza é uma área frutífera de pesquisa em função das reais perdas com sinistros não liquidados serem posteriormente reportadas pelas seguradoras. Isso permite uma oportunidade rara para avaliar, com maior precisão, o gerenciamento da informação contábil por meio da abordagem metodológica de *accruals* específicos.

De acordo com Petroni (1992), as conclusões das pesquisas empíricas sobre gerenciamento da informação contábil são geralmente limitadas devido à dificuldade encontrada para medir o nível de *accruals* sem o viés dos diretores de empresas (*accruals* não-discricionários) e, a partir daí, obter a *proxy* sobre a qual são evidenciadas as práticas de gerenciamento (*accruals* discricionários).

Diante dessa problemática, Petroni (1992) empregou uma estratégia de pesquisa em que as reais perdas com sinistros não liquidados foram consideradas como uma medida sem o viés dos diretores das seguradoras (*accruals* não-discricionários). Assim, a diferença entre as reais perdas com sinistros não liquidados e as provisões originalmente constituídas e reportadas no passivo das seguradoras é a *proxy* de *accruals* discricionários empregada para evidenciar práticas de gerenciamento da informação contábil no setor de seguros.

Cabe ressaltar que as provisões de sinistros representam um passivo em função de todos os gastos com sinistros que não foram pagos, mas já foram incorridos a partir de uma data de estimação. Sendo assim, essa provisão deve incluir estimativas de gastos com sinistros não liquidados para todos os casos avisados e não avisados. Petroni (1992) observa que os cálculos das provisões de sinistros são baseados em estimativas para cada caso individual e fórmulas com cálculos agregados, sendo que os dois métodos exigem considerável julgamento e propicia ações discricionárias por parte dos diretores das seguradoras.

Entretanto, com o passar do tempo, as informações ficam disponíveis em relação aos gastos com sinistros ocorridos em períodos anteriores e as estimativas originais são revisadas. Os valores revisados são ajustados nas operações do período corrente, de modo consistente com a mudança na estimativa contábil. Assim, a despesa com sinistros reconhecida periodicamente na DRE inclui revisões das estimativas de sinistros ocorridos em períodos anteriores e a estimativa dos sinistros ocorridos no período atual. Uma vez que todos os sinistros que surgem de um dado período são liquidados ou pagos em algum momento, os gastos exatos atribuíveis àquele período passam a ser conhecido com base nos valores reais de sua liquidação. Daí se obtém o valor do erro de estimação das provisões, que é a diferença entre os gastos reais dos sinistros não liquidados (com base nos pagamentos ou nas revisões mais recentes das estimativas) e as provisões de sinistros que foram originalmente constituídas e reportadas. Enfim, é a diferença entre os valores reais e os valores estimados dos sinistros não liquidados, dada uma determinada data-base.

Nos EUA, a demonstração estatutária anual das seguradoras apresenta o nível aproximado do erro de estimação das provisões de até cinco anos atrás. Para Petroni (1992), essa informação é uma *proxy* razoável para a diferença entre a provisão de sinistro reportada e a realizada *ex post*, porque a maioria dos sinistros provavelmente devem ter sido pagos e acertados dentro do período de cinco anos.

Petroni (1992) afirma que a conta mais provável através da qual ocorre o gerenciamento para melhorar a posição financeira de uma seguradora é o passivo referente às provisões de sinistros. Esse argumento leva a seguinte hipótese: H_1 – Diretores de seguradoras financeiramente fracas influenciam para baixo suas estimativas das provisões de sinistros, quando comparadas às seguradoras financeiramente fortes.

A amostra inicial da pesquisa é constituída por mais de 1.000 seguradoras que atuam no ramo de seguros de danos, nos Estados Unidos. Contudo, a amostra final da pesquisa é composta por 324 seguradoras que satisfizeram todos os critérios de seleção. Os dados foram coletados no período entre 1979 e 1983, mas os relatórios no período entre 1984 e 1988 foram utilizados para viabilizar o cálculo do erro de estimação das provisões para as observações de cada ano (1979-1983) e de cada seguradora (324).

Petroni (1992) desenvolveu um modelo de regressão, seguindo a abordagem metodológica de *accruals* específicos, para testar a relação entre o erro de estimação das provisões (ERROR) e a condição financeira da seguradora (DWEAK), controlando outros fatores que podem influenciar esse erro de estimação:

$$\text{ERROR}_{i,t} = \alpha_t + \beta_j \text{DWEAK}_{i,t+j} \text{ (j=4;4)} + \beta_5 \text{DCLOSE}_{i,t} + \beta_6 \text{PERIL}_{i,t} + \beta_k \text{D}_h \text{MAL}_{i,t} \text{ (k=7,h=1979 / k=11,h=1983)} + \beta_{12} \text{TAX}_{i,t} + \beta_{13} \text{LNPW}_{i,t} + e_{i,t}$$

Onde:

i – Dados de 324 seguradoras.

t – Dados dos anos 1979, 1980, 1981, 1982 e 1983.

ERROR – Erro de estimação das provisões divulgadas no ano t + 5, associada às provisões de sinistros reportadas no ano t, escalonado pelo total do ativo no ano t.

DWEAK – Variável *dummy* em que as seguradoras financeiramente fracas são identificadas por "1" e as seguradoras financeiramente fortes são identificadas por "0". $\text{DWEAK}_t = 1$ representa o primeiro ano no qual a seguradora passa a ser julgada como financeiramente fraca, $\text{DWEAK}_{t-1} = 1$ é um ano antes da seguradora ser julgada como financeiramente fraca e $\text{DWEAK}_{t+1} = 1$ é um ano depois, e assim por diante.

DCLOSE – Variável *dummy* em que as seguradoras “fechadas” sob investigação ou fiscalização do órgão regulador são identificadas por "1". Caso contrário, são identificadas por "0".

PERIL – Percentual de prêmios líquidos subscrito para seguros de risco múltiplo.

D_h – Variável *dummy* que é identificada por "1" se “h = t”. Caso contrário, é identificada por "0".

MAL – Percentual de prêmios líquidos subscrito para seguros de imperícia.

TAX – Variável *dummy* em que as seguradoras com altas taxas de impostos são identificadas por "1". Caso contrário, são identificadas por "0".

LNPW – É o log natural dos prêmios líquidos subscritos.

A fraqueza financeira estabelecida na variável DWEAK é comprovada por mais de um indicador IRIS (*Insurance Regulatory Information System*) fora da faixa de normalidade. Petroni (1992) contemplou 8 dos 11 indicadores IRIS usados pelos reguladores do setor de seguro para avaliar a condição financeira das seguradoras.

O comportamento da estimação das provisões de sinistros relacionadas às seguradoras financeiramente fracas e seguradoras financeiramente fortes é representado pelos coeficientes da variável DWEAK, isto é, por β_{-4} / β_4 . Desse modo, β_{-4} / β_{-1} e β_1 / β_4 são usados para analisar o comportamento da provisão de sinistros nos quatro anos antes e depois de uma seguradora ser julgada como financeiramente fraca.

Já β_5 , relativo à variável DCLOSE, é usado para analisar o comportamento da estimação das provisões de sinistros de seguradoras que estão sob “intervenção ou fiscalização” do órgão regulador. Petroni (1992) salienta que 27 seguradoras enfrentaram esse tipo de processo no período da amostra.

As duas variáveis relativas aos tipos de seguros (PERIL e MAL) e o intercepto relativo aos anos (D_h), representados pelos coeficientes β_5 / β_{11} , foram incluídas no modelo para controlar os efeitos de fatores econômicos exógenos sobre o erro de estimação.

A variável TAX, representada pelo coeficiente β_{12} , controla os efeitos dos impostos sobre a estimação das provisões de sinistros. Seguradoras que não estão pagando impostos ou recebendo um reembolso de impostos de anos anteriores são consideradas como seguradoras com baixa taxa de imposto. Caso contrário, são consideradas como seguradoras com alta taxa de imposto.

O *log* natural dos prêmios líquidos subscritos, representado pelo coeficiente β_{13} , foi incluído no modelo em função de Aiuppa e Trieschmann (1987) reportarem que seguradoras maiores têm maior precisão nas estimativas de sinistros incorridos e ainda não avisados.

De acordo com Petroni (1992), os resultados do seu modelo de regressão sustentam a hipótese de que seguradoras financeiramente fracas reduzem as estimativas das provisões de sinistros se comparadas às seguradoras financeiramente fortes, após controlar outros fatores que podem influenciar o erro de estimação.

Os coeficientes em $DWEAK_t$, $DWEAK_{t+1}$, $DWEAK_{t+2}$, $DWEAK_{t+3}$ e $DWEAK_{t+4}$ revelam que seguradoras financeiramente fracas, em média, reduzem significativamente suas provisões de sinistros em 4,7% dos ativos no primeiro ano em que é julgada como financeiramente fraca e em 7%, 5%, 4%, e 3%, nos quatro anos subseqüentes ao primeiro ano de debilidade financeira. Seguradoras financeiramente fracas também reduzem suas provisões de sinistros nos dois anos anteriores ao início da debilidade financeira, como comprovados pelos coeficientes positivos significantes em $DWEAK_{t-1}$ e $DWEAK_{t-2}$.

Petroni (1992) faz mais dois comentários relevantes a respeito dos resultados dessa regressão. Primeiro, o coeficiente da variável DCLOSE sustenta a hipótese de que seguradoras sob “intervenção ou fiscalização” do órgão regulador reduzem as provisões de sinistros, sendo que isso ocorreu num nível, em média, 10% superior. Segundo, o coeficiente negativo em TAX (embora não significativo) sugere que seguradoras com altas taxas de imposto podem reduzir as provisões de sinistros num nível menor do que as seguradoras com baixas taxas de imposto. Essa evidência é consistente com a hipótese dos diretores de empresas usarem sua discricionariedade para reduzir imposto.

Por fim, é ressaltado que existem duas hipóteses alternativas para a evidência de que diretores de seguradoras financeiramente fracas reduzem as provisões de sinistros se comparadas às seguradoras financeiramente fortes. A primeira hipótese alternativa é que as seguradoras financeiramente fracas são administradas por executivos e atuários otimistas. Assim, se o otimismo nas provisões de sinistros precede (ou até causa) as dificuldades financeiras, e os diretores continuam a ser otimista, então os erros exibidos por seguradoras financeiramente fracas pode ser uma continuação desse otimismo involuntário ao invés de uma informação falsa intencional. Outro fator que pode explicar essa diferença é que os grupos de risco através das seguradoras financeiramente fortes e fracas são sistematicamente diferentes. Conforme Petroni (1992), dado o nível de significância da constituição de provisões de sinistros reduzidas nos dois anos anteriores ao início da debilidade financeira, qualquer uma dessas explicações alternativas parece possível.

3.2 Beaver *et al* (2003)

O artigo de Beaver *et al* (2003) estuda a relação entre os *accruals* discricionários das provisões de sinistros e a distribuição de freqüência dos resultados contábeis reportados para uma amostra de seguradoras norte-americanas. Cabe ressaltar que os valores dos *accruals* discricionários das provisões de sinistros foram obtidos do mesmo modo como o erro de estimação das provisões de sinistros estabelecido no modelo econométrico de Petroni (1992).

De acordo com Beaver *et al* (2003), as provisões de sinistros são geralmente o maior passivo do balanço patrimonial das seguradoras, sendo significativo o efeito dessas provisões sobre o resultado contábil reportado (lucro ou prejuízo). Em sua amostra, o passivo proveniente dessas provisões representa 56% do passivo total, enquanto a despesa com sinistros corresponde a 71% da receita com prêmios.

A incerteza que cerca a estimação das despesas incorridas, mas não pagas, em função dos sinistros, fornece significativas oportunidades para o gerenciamento dos resultados contábeis reportados, porque avaliar para baixo (ou avaliar para cima) os *accruals* discricionários das provisões de sinistros aumenta (ou diminui) os resultados contábeis.

Usando a estimativa revisada como uma *proxy* para a expectativa imparcial das provisões de sinistros, Beaver *et al* (2003) calcularam os *accruals* discricionários das provisões de sinistros do seguinte modo:

$$DEV_{t+j,t} = (RESERVE_{t+j,t} - RESERVE_{t,t}) / ASSETS_t$$

Onde:

$RESERVE_{t,t}$ é o somatório das provisões de sinistros para o ano t reportada no ano t e $RESERVE_{t+j,t}$ é a estimativa revisada das provisões de sinistros do ano t reportada no ano t+J. Tal como Petroni (1992), esse erro de estimação das provisões de perdas com sinistros foi escalonado pelo ativo total no ano t ($ASSETS_t$). O erro de estimação das provisões ($DEV_{t+j,t}$) foi calculado para um período de 5 anos (isto é, $j = 5$), se disponíveis. Caso contrário, $DEV_{t+j,t}$ foi calculado usando a estimativa revisada mais recente (isto é, $j = 1$ até 4).

A primeira hipótese de pesquisa estabelecida por Beaver *et al* (2003), declarada na forma nula, foi: H_1 – As seguradoras não gerenciam os *accruals* das provisões de sinistros para evitar reportar prejuízos. A hipótese alternativa é que o erro de estimação das provisões de sinistros das empresas com pequenos lucros é significativamente mais alto se comparadas às empresas com pequenos prejuízos, ou seja, as seguradoras gerenciam os *accruals* das provisões de sinistros para evitar reportar prejuízos. Nesses casos, as provisões originalmente constituídas são avaliadas para baixo com o intuito de melhorar os resultados contábeis.

O foco dessa primeira hipótese de pesquisa é um reduzido intervalo da distribuição de frequência dos resultados contábeis reportados, que está localizado ao redor de zero. No entanto, existem relativamente poucas evidências em pesquisas anteriores sobre a magnitude e a penetração do gerenciamento através de toda a distribuição de frequência dos resultados contábeis reportados.

Dentro desse contexto, a segunda hipótese de pesquisa estabelecida por Beaver *et al* (2003), declarada na forma nula, foi: H_2 – As seguradoras não gerenciam os *accruals* das provisões de sinistros fora da região imediatamente acima de zero. A hipótese alternativa é que o erro de estimação das provisões de sinistros não é zero em pelo menos um intervalo da distribuição de frequência dos resultados contábeis reportados fora do intervalo imediatamente acima de zero. Essa hipótese alternativa busca capturar duas práticas comuns de gerenciamento dos resultados contábeis: *income smoothing* e *taking a bath*. Nesse caso, o *income smoothing* implica que o erro de estimação das provisões de sinistros é significativamente maior para empresas menos lucrativas se comparadas às empresas mais lucrativas. Já o *taking a bath* implica que o erro de estimação das provisões de sinistros é significativamente mais baixo para as empresas menos lucrativas.

Contudo, os incentivos para gerenciar os resultados contábeis, provavelmente, variam conforme a estrutura de propriedade. Uma característica específica da amostra dessa pesquisa é que ela inclui companhias abertas, fechadas e mútuas. Em função dessa característica da amostra pesquisada, Beaver *et al* (2003) estabeleceu um terceiro conjunto de hipóteses, declarada em forma nula: H_{3a} – As seguradoras na forma de companhias abertas não gerenciam os *accruals* das provisões de sinistros para evitar reportar prejuízos ou para

gerenciar resultados fora da região imediatamente ao redor de zero. H_{3b} – As seguradoras na forma de companhias fechadas não gerenciam os *accruals* das provisões de sinistros para evitar reportar prejuízos ou para gerenciar resultados fora da região imediatamente ao redor de zero. H_{3c} – As seguradoras na forma de companhias mútuas não gerenciam os *accruals* das provisões de sinistros para evitar reportar prejuízos ou para gerenciar resultados fora da região imediatamente ao redor de zero. Por causa dos diversos incentivos inerentes a esses três tipos de estrutura de propriedade, Beaver *et al* (2003) não estabelecem hipóteses alternativas específicas em relação ao comportamento do erro de estimação das provisões de perdas com sinistros para cada forma de propriedade.

Por fim, de modo similar a Petroni (1992), que buscou evidenciar se a condição financeira das seguradoras afeta o gerenciamento das provisões de sinistros, Beaver *et al* (2003) estabeleceram um quarto conjunto de hipóteses, declarada em forma nula: H_{4a} – As seguradoras financeiramente fortes não gerenciam os *accruals* das provisões de sinistros para evitar reportar prejuízos ou para gerenciar resultados fora da região imediatamente ao redor de zero. H_{4b} – As seguradoras financeiramente fracas não gerenciam os *accruals* das provisões de sinistros para evitar reportar prejuízos ou para gerenciar resultados fora da região imediatamente ao redor de zero.

De acordo com Beaver *et al* (2003), se problemas financeiros motivam o gerenciamento dos resultados contábeis reportados, então, o comportamento do erro de estimação das provisões de sinistros discutidas nas hipóteses H_1 e H_2 será evidente para seguradoras financeiramente fracas, mas não para seguradoras financeiramente fortes.

A principal fonte de dados dessa pesquisa foi o banco de dados das demonstrações anuais das seguradoras que atuam no ramo de seguros de danos, disponibilizado pela NAIC (*National Association of Insurance Commissioners*), para o período de 1988 a 1998. A amostra final ficou com 11.460 observações (seguradora-ano).

Para testar todas as hipóteses da pesquisa, por meio dessa amostra, Beaver *et al* (2003) desenvolveram três modelos econométricos, seguindo a abordagem metodológica de *accruals* específicos:

$$\text{1º Modelo: } DEV_{t+j,t} = \alpha_t + \beta_1 \text{NEGATIVE}_t + \beta_2 \text{BELOW}_t + \beta_3 \text{ABOVE}_t + \beta_4 \text{POSITIVE}_t + \beta_5 \text{TAIL}_t + \beta_6 \text{TAILSQ}_t + \beta_7 \text{WC}_t + \beta_8 \text{LIABILITY}_t + \beta_9 \text{AUTO}_t + e_t$$

$$\text{2º Modelo: } DEV_{t+j,t} = \alpha_t + \beta_1 \text{NEGATIVE_own}_t + \beta_2 \text{BELOW_own}_t + \beta_3 \text{ABOVE_own}_t + \beta_4 \text{POSITIVE_own}_t + \beta_5 \text{TAIL}_t + \beta_6 \text{TAILSQ}_t + \beta_7 \text{WC}_t + \beta_8 \text{LIABILITY}_t + \beta_9 \text{AUTO}_t + e_t$$

$$\text{3º Modelo: } DEV_{t+j,t} = \alpha_t + \beta_1 \text{NEGATIVE_fcon}_t + \beta_2 \text{BELOW_fcon}_t + \beta_3 \text{ABOVE_fcon}_t + \beta_4 \text{POSITIVE_fcon}_t + \beta_5 \text{TAIL}_t + \beta_6 \text{TAILSQ}_t + \beta_7 \text{WC}_t + \beta_8 \text{LIABILITY}_t + \beta_9 \text{AUTO}_t + e_t$$

Onde:

DEV – Erro de estimação das provisões de sinistros para o período de 5 anos, se disponível. Caso contrário, DEV foi calculado usando a estimativa revisada mais recente. Variável escalonada pelo total do ativo no ano t.
 NEGATIVE – Variável *dummy* que é igual a "1" se a observação está à esquerda do 1º *portfolio* abaixo de zero.
 BELOW – Variável *dummy* que é igual a "1" se a observação está no 1º *portfolio* abaixo de zero.
 ABOVE – Variável *dummy* que é igual a "1" se a observação está no 1º *portfolio* acima de zero.
 POSITIVE – Variável *dummy* que é igual a "1" se a observação está à direita do 1º *portfolio* acima de zero.
 TAIL – Variável *dummy* que é igual a "1" se a seguradora requer 5 ou mais anos para pagar 75% por cento dos sinistros, e igual a "0" caso contrário.
 TAILSQ – É o quadrado do número de anos requeridos para pagar 75% dos sinistros estimados.
 WC – Percentual de prêmios líquidos subscrito para seguros de compensações trabalhistas.
 LIABILITY – Percentual de prêmios líquidos subscrito para seguros de imperícia e outras obrigações.
 AUTO – Percentual de prêmios líquidos subscrito para seguros de automóveis privados e comerciais.
own – Indica a estrutura de propriedade da seguradora: Aberta, Fechada ou Mútua.
fcon – Indica a condição financeira da seguradora: Fraca ou Forte. Assim como Petroni (1992), a fraqueza financeira da seguradora é comprovada por mais de um indicador IRIS fora da faixa de normalidade.

As primeiras variáveis independentes (NEGATIVE, BELOW, ABOVE e POSITIVE) dos modelos econométricos desenvolvidos por Beaver *et al* (2003) são variáveis *dummy* que buscam identificar a posição da observação na distribuição de freqüência dos resultados contábeis reportados. Sendo assim, analisar o comportamento dos coeficientes dessas quatro variáveis independentes (β_1 , β_2 , β_3 e β_4) é fundamental para compreender a relação entre o erro de estimação das provisões de sinistros (variável dependente - DEV) e a distribuição de freqüência dos resultados contábeis reportados, além de possibilitar os testes das hipóteses estabelecidas por essa pesquisa.

As demais variáveis independentes (TAIL, TAILSQ, WC, LIABILITY e AUTO) são determinantes específicas para o erro de estimação das provisões de perdas com sinistros das seguradoras. Por isso, são definidas como variáveis de controle dos modelos econométricos.

Dentre as evidências apresentadas por Beaver *et al* (2003), com base nos resultados estatísticos do primeiro modelo, destacam-se: i) as seguradoras gerenciam os *accruals* (ou os erros de estimação) das provisões de sinistros para evitar reportar pequenos prejuízos; ii) os *accruals* (ou os erros de estimação) das provisões de sinistros são gerenciados em toda distribuição de freqüência dos resultados contábeis, ao invés de somente na região próxima a zero; iii) as seguradoras que se encontram no lado esquerdo (ou inferior) da distribuição de freqüência dos resultados contábeis reduzem significativamente suas provisões de sinistros se comparadas às seguradoras que se encontram no lado direito (ou superior).

Já os resultados estatísticos do segundo modelo serviram de base para avaliar se o gerenciamento dos *accruals* (ou dos erros de estimação) das provisões de sinistros, em relação aos resultados contábeis, varia conforme a estrutura de propriedade (seguradoras abertas, fechadas e mútuas). Foram evidenciados aumentos significantes das provisões de sinistros no lado direito (ou superior) da distribuição de freqüência dos resultados contábeis, se comparado ao lado esquerdo (ou inferior), para todas três estruturas de propriedade.

O terceiro modelo possibilitou analisar a relação entre a condição financeira e o gerenciamento dos *accruals* (ou dos erros de estimação) das provisões de sinistros em toda distribuição de freqüência dos resultados contábeis. Porém, as evidências estatísticas obtidas por esse modelo foram semelhantes entre seguradoras financeiramente fortes e fracas.

Dessa forma, pode-se dizer que a pesquisa conduzida por Beaver *et al* (2003) traz várias contribuições para a literatura de gerenciamento dos resultados contábeis e sobre as práticas específicas das seguradoras por meio dos *accruals* das provisões de sinistros. Primeiro, porque são fornecidas evidências diretas de que seguradoras evitam reportar pequenos prejuízos gerenciando as provisões de sinistros. Segundo, as evidências indicam que essa prática de gerenciamento não é concentrada na região da distribuição próxima a zero, mas é penetrante através de todos os níveis de resultados. Finalmente, as evidências complementam a literatura que enfoca o gerenciamento dos resultados contábeis de empresas abertas, documentando que comportamentos semelhantes de gerenciamento são observados para firmas que não são abertas.

2.2 Gaver e Paterson (2004)

Enquanto Beaver *et al* (2003) investigam se as seguradoras gerenciam as provisões de sinistros para atingir metas de lucros, Gaver e Paterson (2004) fazem uma pesquisa análoga com o intuito de evidenciar se as seguradoras também gerenciam as provisões de sinistros para atingir metas de solvência.

No estudo precursor dessa linha de pesquisa, Petroni (1992) argumenta que as seguradoras gerenciam as provisões de sinistros para parecerem menos arriscadas e, desse modo, evitar

uma possível intervenção do órgão regulador. Vale lembrar que uma presunção básica do sistema de triagem IRIS é que quanto mais indicadores a seguradora viola, mais provavelmente ela terá problemas de solvência. Além disso, agências de *rating*, freqüentemente, rebaixam a classificação das seguradoras com problemas de solvência, seguindo os mesmos atributos examinados nos indicadores IRIS. Assim, as seguradoras têm incentivos para reduzir o número de violações dos indicadores IRIS reportados. Isso orienta a primeira hipótese de Gaver e Paterson (2004): H_1 – As seguradoras gerenciam as provisões de sinistros para reduzir o número de violações dos indicadores IRIS reportados.

No contexto da regulação norte-americana do setor de seguros, é dada prioridade de fiscalização às seguradoras que apresentam quatro ou mais indicadores IRIS violados. Esse procedimento é empregado como um ponto de partida para identificar problemas de solvência das seguradoras. No entanto, o parâmetro de quatro indicadores fornece um enfoque natural de incentivo para o gerenciamento das provisões de sinistros. Assim, Gaver e Paterson (2004) argumentam que esse incentivo provoca uma mudança na distribuição de freqüência do número das violações de indicadores IRIS, sobre a qual haverá uma incidência reduzida de seguradoras com mais de três violações reportadas e uma freqüência aumentada de três ou menos violações. Isso fundamenta a segunda hipótese: H_2 – As seguradoras gerenciam as provisões de sinistros para apresentar menos que quatro violações dos indicadores IRIS reportados.

Uma vez que existem limites sobre os *accruals* discricionários das provisões de sinistros, então, seguradoras que gerenciam as provisões de sinistros para reduzir o número de violações dos indicadores IRIS para menos que quatro em um ano podem não ter discricionariedade suficiente para repetir a estratégia no ano subsequente. Tal circunstância pode criar a impressão de que seguradoras com dificuldades financeiras somente conseguem esconder suas fraquezas subjacentes por pouco tempo. Por outro lado, os reguladores irão enfrentar um problema mais sério se as seguradoras financeiramente fracas forem capazes de gerenciar as provisões de sinistros para evitar reportar quatro ou mais indicadores IRIS violados por vários períodos. Dentro desse contexto, é formulada a terceira hipótese: H_3 – As seguradoras gerenciam as provisões de sinistros para apresentar menos que quatro e mais que uma violação dos indicadores IRIS reportados.

Gaver e Paterson (2004) usaram as demonstrações financeiras arquivadas no órgão regulador do setor de seguros para obter um conjunto de dados de 6.233 observações (seguradora-ano) que atuam no ramo de seguros de danos, de 1988 até 1993. Para cada observação, também foi considerado o período de 5 anos para se obter o erro de estimação das provisões de sinistros. Esse erro é positivo se o diretor inicialmente subestimar as provisões de sinistros e vice-versa. Além disso, foram computados os indicadores IRIS para toda seguradora-ano, sendo que o conhecimento do erro de estimação das provisões de sinistros possibilitou identificar quais seriam os valores dos indicadores IRIS reportados na ausência desse viés de estimação.

Para testar a primeira hipótese, Gaver e Paterson (2004) estratificaram sua amostra de acordo com o número de violações IRIS reportadas e pré-administradas (com base nos valores dos indicadores IRIS na ausência do erro de estimação das provisões de sinistros). O número de violações IRIS pré-administradas excede as violações efetivamente reportadas em 1.707 observações, sendo que o inverso ocorreu somente em 465 observações. Desse modo, ajustes nas provisões de sinistros são 3,7 vezes mais prováveis para diminuir o número das violações de IRIS reportadas do que para aumentar o número de violações. Já a mediana do erro de estimação das provisões de sinistros para a sub-amostra em que as violações pré-administradas excedem as violações reportadas é **0,159**, indicando avaliação inicial para baixo das provisões, se comparada à mediana de **-0,175** da sub-amostra na qual as violações reportadas excederam as violações pré-administradas. Nessa comparação, a diferença na

mediana do erro de estimação das provisões de sinistros é significativa ao nível de 0,0001. Tais evidências sustentam a primeira hipótese de que os erros de estimação das provisões de sinistros tendem a reduzir o número das violações IRIS reportadas.

Para testar a segunda hipótese, Gaver e Paterson (2004) apresentaram as medianas dos erros de estimação das provisões de sinistros para uma classificação tipo “dois por dois” da amostra. O quadro resultante dessa classificação mostrou que 747 das 1.142 observações (65,4%) com quatro ou mais violações IRIS pré-administradas usaram a discricionariedade das provisões de sinistros para reduzir o número das violações IRIS reportadas para menos que quatro. Em contraste, existem somente 68 das 5.091 observações (1,3%) que gerenciaram as provisões de sinistros para levar as seguradoras com três ou menos violações IRIS pré-administradas para quatro ou mais violações IRIS reportadas. O quadro resultante dessa classificação tipo “dois por dois” também evidenciou que a maioria das observações da amostra (5.023) se encontra no quadrante esquerdo superior, isto é, com menos do que quatro violações IRIS reportadas e pré-administradas. Essas seguradoras são financeiramente fortes e tendem a estimar as provisões de sinistros para cima, sendo que a mediana do erro de estimação desse grupo é **-0,059**. Em contraste, as seguradoras no quadrante direito inferior, isto é, com quatro ou mais violações IRIS reportadas e pré-administradas, são as seguradoras financeiramente mais fracas da amostra e apresentam significantes avaliações para baixo das provisões de sinistros, já que a mediana do erro de estimação desse grupo é **0,123**. Porém, o aspecto mais interessante desse quadro foi a avaliação para baixo das provisões de sinistros ser mais evidente no quadrante esquerdo inferior, pois a mediana do erro de estimação desse grupo é **0,200**. As seguradoras no quadrante esquerdo inferior apresentam quatro ou mais violações IRIS pré-administradas, mas menos do que quatro violações IRIS reportadas. Isso significa que o gerenciamento propositado das provisões de sinistros é mais evidente quando for bem sucedido (quadrante esquerdo inferior) do que quando não for bem sucedido (quadrante direito inferior). Tais evidências sustentam a segunda hipótese da pesquisa.

Por fim, são apresentadas algumas evidências que sugerem mudanças ao longo do tempo no comportamento dos erros de estimação das provisões de sinistros, em função da saúde financeira das seguradoras. A implicação é que as estimativas das provisões de sinistros são intencionalmente manipuladas para melhorar os perfis de solvência aparente. Essas evidências sustentam a terceira hipótese da pesquisa, ou seja, as seguradoras financeiramente problemáticas não somente gerenciam as provisões de sinistros para mascarar problemas de solvência, como também são capazes de sustentar essa estratégia por períodos repetidos.

4. Considerações Finais

Pode-se dizer que a pesquisa conduzida por Gaver e Paterson (2004) expandiu a pesquisa de Petroni (1992) ao empregar uma classificação tipo “dois por dois” das seguradoras, com base no número de violações IRIS reportadas e pré-administradas. Além disso, as evidências dessas pesquisas complementam o estudo de Beaver *et al* (2003), isto é, o gerenciamento das provisões de sinistros não somente serve para evitar reportar prejuízos, mas também possibilita limitar o número de violações dos indicadores IRIS e, desse modo, evita atingir o limite de solvência estabelecido pelo órgão regulador norte-americano.

Sendo assim, as evidências empíricas encontradas nas pesquisas realizadas por Petroni (1992), Beaver *et al* (2003) e Gaver e Paterson (2004) são consistentes com os estudos citados por Healy e Wahlen (1999), nos quais foram evidenciados que a regulação governamental de setores específicos cria motivações para o gerenciamento da informação contábil.

Cabe ressaltar que ainda não é possível realizar pesquisas empíricas dessa natureza no Brasil, pois o órgão regulador do setor (SUSEP) não disponibiliza as informações necessárias para efetuar o cálculo do erro de estimação das provisões de sinistros, diferentemente do procedimento adotado no mercado norte-americano de seguros.

No entanto, dois pontos estabelecidos em legislações que devem ser observadas por sociedades seguradoras autorizadas a atuar no mercado brasileiro podem gerar hipóteses testáveis.

Em primeiro lugar, a Lei nº 10.190/01 (que altera o Decreto-lei nº 73/66) define o seguinte: “Art. 84, § 1º – O patrimônio líquido das sociedades seguradoras não poderá ser inferior ao valor do passivo não operacional, nem ao valor mínimo decorrente do cálculo da margem de solvência”. No caso da efetiva violação desses parâmetros de solvência, algumas medidas coercitivas podem ser empregadas, podendo até chegar à proposta de cassação da autorização para funcionamento da sociedade seguradora.

Em segundo lugar, o Decreto nº 3.000/99 (Legislação do Imposto de Renda e Contribuição Social), prevê o seguinte: “Art. 336 – São dedutíveis as provisões técnicas das companhias de seguro e de capitalização, bem como das entidades de previdência privada, cuja constituição é exigida pela legislação especial a elas aplicável”. Logo, os valores decorrentes da constituição das provisões técnicas das sociedades seguradoras são dedutíveis da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social.

Além disso, as Resoluções do Conselho Nacional de Seguros Privados que estabelecem as normas e procedimentos para a constituição das provisões técnicas proporcionam discricionariedade contábil aos diretores das sociedades seguradoras. Isso cria as condições necessárias para o gerenciamento da informação contábil através das provisões técnicas.

Assim, como sugestão para futuras pesquisas a respeito do gerenciamento da informação contábil no mercado brasileiro de seguros, propõem-se estudos empíricos para evidenciar se as sociedades seguradoras utilizam práticas de gerenciamento da informação contábil através das provisões técnicas para atingir dois diferentes propósitos: i) melhorar parâmetros de solvência e ii) reduzir pagamentos dos impostos. Isso porque mudanças nos valores dessas provisões podem afetar significativamente os valores do passivo, do patrimônio líquido e do lucro tributável das sociedades seguradoras.

5. Referências Bibliográficas

AHMED, A.; TAKEDA, C.; THOMAS, S. *Bank loan loss provisions: A reexamination of capital management, earnings management and signaling effects*. **Journal of Accounting and Economics**, v. 28, p. 1-25, 1999.

AYERS, Benjamin C.; JIANG, John; YEUNG, P. Eric. *Discretionary accruals and earnings management: an analysis of pseudo earnings targets*. **The Accounting Review**. v. 81, n. 3, p. 617-652, 2006.

BEAVER, William H.; MCNICHOLS, Maureen F.; NELSON, Karen K. *Management of the loss reserve accrual and the distribution of earnings in the property-casualty insurance industry*. **Journal of Accounting and Economics**. v.35, p.347-376, 2003.

BURGSTHALER, David; DICHEV, Ilija. *Earnings management to avoid earnings decreases and losses*. **Journal of Accounting and Economics**, v.24, n.1, p.99–129, dez. 1997.

BURGSTHALER, David C.; HAIL, Luzi; LEUZ, Christian. *The Importance of Reporting Incentives: Earnings Management in European Private and Public Firms*. **The Accounting Review**, v.81, n.5, p.983-1016, out. 2006.

CARDOSO, Ricardo L. **Regulação econômica e escolhas de práticas contábeis: evidências no mercado de saúde suplementar brasileiro**. USP. Tese de Doutorado. São Paulo, 2005.

CHEN, Qi; HEMMER, Thomas; ZHANG, Yun. *On the relation between conservatism in accounting standards and incentives for earnings management*. **Journal of Accounting Research**. v.45, n.3, p.541-565, jun. 2007.

COLES, Jeffrey L.; HERTZEL, Michael; KALPATHY, Swaminathan. *Earnings management around employee stock option reissues*. **Journal of Accounting and Economics**. v.41, p.173-200, 2006.

DECHOW, Patricia M.; SKINNER, Douglas J. *Earnings management: reconciling the views of accounting academics, practitioners, and regulators*. **Accounting Horizons**, v.14, n.2, p.235-250, jun. 2000.

DECHOW, Patricia M.; SLOAN. *Executive incentives and the horizon problem: An empirical investigation*. **Journal of Accounting and Economics**, v.14, n.1, p.51-59, mar. 1991.

DYE, Ronald A. *Earnings Management in an Overlapping Generations Model*. **Journal of Accounting Research**, v. 26, n.2, p.195-235, outono. 1988.

EWERT, Ralf; WAGENHOFER, Alfred. *Economic Effects of Tightening Accounting Standards to Restrict Earnings Management*. **The Accounting Review**, v.80, n.4, p.1101-1124, 2005.

FAN, Qintao. *Earnings management and ownership retention for initial public offering firms: theory and evidence*. **The Accounting Review**. v.82, n.1, p.27-64. 2007

GAVER, Jennifer J.; PATERSON, Jeffrey S. *Do insurers manipulate loss reserves to mask solvency problems?* **Journal of Accounting and Economics**. v.37, p.393-416, 2004.

GUIDRY, Flora; LEONE, Andrew J.; ROCK, Steve. *Earnings-based bonus plans and earnings management by business unit managers*. **Journal of Accounting and Economics**. v.26, p.113-142, 1999.

HEALY, Paul M. *The effect of bonus schemes on accounting decisions*. **Journal of Accounting and Economics**, v.7, n.1-3, p.85-107, abr. 1985.

HEALY, Paul M.; WAHLEN, James M. *Review of the earnings management literature and its implications for standard setting*. **Accounting Horizons**, v.13, n.4, p.365-384, dez. 1999.

HOLTHAUSEN, Robert W.; LARCKER, David F.; SLOAN, Richard G. *Annual bonus schemes and the manipulation of earnings*. **Journal of Accounting and Economics**, v.19, p.29-74, 1995.

HUNTON, James E.; LIBBY, Robert; MAZZA, Cheri L. *Financial Reporting Transparency and Earnings Management*. **The accounting review**, v.81, n.1, p.135-157, jan. 2006.

JONES, Jennifer J. *Earnings management during import relief investigations*. **Journal of Accounting Research**. v.29, n.2, p.193-228, outono.1991.

KASZNIK, Ron. *On the Association between Voluntary Disclosure and Earnings Management*. **Journal of Accounting Research**, v.29, n.1, p.57-81, primavera. 1999.

KIM, M.; KROSS, W. *The Impact of the 1989 Change in Bank Capital Standards on Loan Loss Provision and Loan Write-offs*. **Journal of Accounting and Economics**, v. 25, 1998.

LANG, Mark; RAEDY, Jana S.; WILSON, Wendy. *Earnings management and cross listing: Are reconciled earnings comparable to US earnings?* **Journal of Accounting and Economics**, v.42, n.1-2, p.255-283, out. 2006.

LEUZ, Christian; NANDA, Dhananjay; WYSOCKI, Peter D. *Earnings management and investor protection: an international comparison.* **Journal of Financial Economics**, v.69, n.3, p.505-527, set. 2003.

MARTINEZ, Antonio L. **‘Gerenciamento’ dos resultados contábeis: estudo empírico das companhias abertas brasileiras.** USP. Tese de Doutorado. São Paulo, 2001.

McNICHOLS, Maureen; WILSON, G. Peter; DeANGELO, Linda. *Evidence of earnings management from the provision for bad debts.* **Journal of Accounting Research**. v. 26, p.1-31, supplement, 1988.

MOYER, Susan E. *Capital adequacy ratio regulations and accounting choices in commercial banks.* **Journal of Accounting and Economics**, v.13, n.123-154. 1990.

PETRONI, Kathy. *Optimistic reporting in the property-casualty insurance industry.* **Journal of Accounting and Economics**. v.15, p.485-508, 1992.

PETROVITS, Christine M. *Corporate-sponsored foundations and earnings management.* **Journal of Accounting and Economics**. v.41, p. 335-362, 2006.

ROYCHOWDHURY, Sugata. *Earnings management through real activities manipulation.* **Journal of Accounting and Economics**, v.42, n.3, p.335-370, dez. 2006.

SCHIPPER, Katherine. *Commentary on earnings management.* **Accounting Horizons**, v.3, n.4, p.91-102, dez. 1989.

SHRIEVES, R. E.; DAHL, D. *Discretionary accounting and the behavior of Japanese banks under financial duress.* **Journal of Banking and Finance**, v. 27, p.1219-1243, 2003.

SWEENEY, Amy Patricia. *Debt-covenant violations and manager's accounting responses.* **Journal of Accounting and Economics**, v.17, n.3, p.281-308. maio.1994.

TEOH, S.; WELCH, H.; WONG, I. *Earnings management and the underperformance of seasoned equity offerings.* **Journal of Financial Economics**, v.50, n.1, p. 63-99, out. 1998.

ZENDERSKY, H. C. **Gerenciamento de resultados em instituições financeiras no Brasil – 2000 a 2004.** UNB. Dissertação de Mestrado. Brasília, 2005.